

PANORAMA
QUILOMBOLA

MIDIA

Janeiro-Fevereiro. 2021 #1

AFRO 

Núcleo de Pesquisa
e Formação em Raça,
Gênero e Justiça Racial

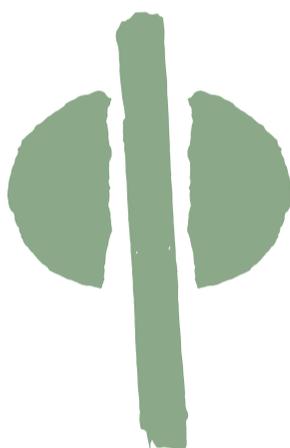
LAPPA



LAPPA



UNICAMP



EQUIPE

Editor: José Maurício Arruti - Doutor em Antropologia pelo Museu Nacional-UFRJ, professor do Departamento de Antropologia / PPGAS da UNICAMP, bolsista PQ-CNPQ e pesquisador do Afro-Cebrap.

Equipe de edição: Cassius Marcelus Cruz. Doutor em Ciências Sociais, pela Unicamp, bolsista Afro-Cebrap e professor da rede estadual do Paraná.

Alexander Lucas Pereira - Graduando em Ciências Sociais, pela Unicamp, bolsista PIBIC-CNPQ e bolsista Afro-CEBRAP.

Design e diagramação: Robson Vilalba.

Realização: Lappa (Unicamp), Afro-Cebrap.

Apoio:

IBIRAPITANGA

Fundação
Tide
Setubal



Contato: projetoqlapaafro@gmail.com

EDITORIAL

O Boletim Panorama Quilombola é um projeto do Programa Quilombos: memórias, configurações regionais e os desafios da desdemocratização, desenvolvido pelo Núcleo Afro-Cebrap em parceria com o LaPPA - Laboratório de Pesquisa e Extensão com Povos Tradicionais e Afro-Americanos. Seu objetivo é dar visibilidade à temática quilombola, abordando-a de forma qualificada, por meio de uma linguagem acessível, a partir do diálogo entre a militância e a academia. Nosso foco está no monitoramento da abordagem do tema na mídia, na produção de breves dossiês temáticos e de entrevistas com personagens quilombolas de destaque.

O BPQ Na Mídia apresenta balanços semestrais das notícias e informes veiculados na imprensa nacional, regional e local, assim como nas mídias sociais, com o objetivo de oferecer um acompanhamento crítico da abordagem do tema na esfera pública, ela mesma produtora de realidade.

Uma das tarefas na promoção e na defesa dos direitos das populações quilombolas, assim como no avanço do nosso conhecimento sobre seus contextos locais e suas configurações históricas e políticas regionais, sobre o estado atual das políticas públicas dirigidas a elas e sobre a atuação do poder judiciário nos conflitos que as envolvem, passa pelo acompanhamento do que vem sendo publicado na mídia.

A Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19, do IBGE, divulgada em 2020, aponta a existência de 6.023 localidades quilombolas, distribuídas por 1.674 municípios, ou seja, 30% dos municípios do país, situados em quase todas as unidades da federação. Tal extensão numérica e dispersão geográfica, associadas ao relativamente pequeno acúmulo de estudos acadêmicos e programas de acompanhamento e assessoria, nos deixam diante de um largo desconhecimento sobre a situação dessas comunidades.

Neste contexto, o acompanhamento e sistematização do que vem sendo publicado nas imprensas nacional, regionais e locais, assim como nas mídias sociais, é uma tarefa re-

levante em vários sentidos. Por nos permitir manter um monitoramento das situações locais e regionais, destinado ao aprofundamento de temas ou à complementação de lacunas de informações. Por nos permitir oferecer, periodicamente, uma visão de conjunto, destinada tanto ao consumo do próprio movimento, que assim, pode ver e avaliar a sua imagem refletida nos meios de comunicação, quanto ao consumo de acadêmicos, dos formuladores de políticas e aos operadores da justiça, em busca de apoio no seu acompanhamento do tema. Finalmente, por nos permitir estabelecer um diálogo crítico com a própria imprensa e sobre ela.

Se a imprensa enquadra temas, elege controvérsias e, no caso dos grandes jornais e portais da internet, busca administrar o fluxo de informações e opiniões que alimentam a esfera pública, o seu acompanhamento nos permite não apenas o citado monitoramento da situação das comunidades quilombolas, mas também uma avaliação do “pulso” da abordagem dada ao tema. Assim, é preciso mediar as tarefas expostas acima com a constatação crítica de que o recurso às mídias não nos dá acesso direto à realidade, mas a determinadas representações públicas sobre tais realidades. Isso nos impõe um limite, mas ao mesmo tempo, uma nova tarefa, igualmente importante: monitorar de que forma, sob quais condições e vieses, com base em quais pressupostos, as comunidades quilombolas figuram na esfera pública brasileira. Uma figuração que é, ela mesma produtora de realidade.

Ao analisarmos a abordagem da imprensa sobre o impacto da pandemia de covid-19, identificamos quatro diferentes configurações do problema, moldadas não apenas pela singularidade da situação quilombola em cada estado, mas também por diferentes relações dessas comunidades com os meios de comunicação, determinadas tanto por políticas editoriais quanto pela capacidade de atores e redes de atores regionais midiaticarem o tema. Foi possível perceber que a presença de um movimento social quilombola regionalmente mais articulado e apoiado em parcerias com instituições da sociedade civil e com a universidade, como acontece nos casos do Pará e Bahia, promoveu uma cobertura da grande imprensa mais ampla, frequente e diversificada. Por outro lado, também foi possível constatar uma diferença importante entre as coberturas da imprensa nacional e da imprensa regional. No caso específico do Amapá, a proximidade da imprensa regional aos contextos locais, antes de favorecer uma cobertura cuidadosa, resultou no seu inverso: uma abordagem mediada por preconceito e por interesses econômicos

também locais, evidentemente em conflito com a presença das comunidades quilombolas. Tais análises estão no **Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19 #6 (Afro-CEBRAP, Janeiro 2021)**, que pode ser considerado a experiência piloto deste boletim.

Neste volume BPQ#1-Na mídia apresentamos, excepcionalmente, uma revisão da abordagem das comunidades quilombolas pela mídia nacional ao longo de todo o ano de 2020, deixando de fora, entretanto, as ocorrências diretamente associadas à pandemia de Covid-19, já abordadas no informativo citado acima.

José Maurício Arruti

PANORAMA DAS NOTÍCIAS

O ANO DE 2020

**José Maurício Arruti, Cassius M. Cruz
e Alexander L. Pereira**

Nota metodológica

É notável que um dos efeitos da pandemia tenha sido a ampliação do número de notícias na imprensa nacional sobre quilombos. Ao lado das denúncias sobre os efeitos diferenciados da pandemia sobre povos indígenas e sobre a população negra e periférica, a situação das comunidades quilombolas também tornou-se tema de destaque, concentrando a atenção de praticamente todos os registros sobre quilombos entre os meses de março e junho. Como as notícias sobre o impacto da pandemia sobre as comunidades quilombolas foram abordadas, de forma extensa, no **Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19 #6 (Afro-CEBRAP, Janeiro 2021)**, optamos por não repetir tal análise.

Tendo por base a dupla restrição de nos limitarmos às notícias da imprensa de circulação nacional e de não incluirmos notícias diretamente vinculadas aos impactos da pandemia de covid-19, este levantamento, relativo a todo o ano de 2020 e tendo por ferramenta o programa de código livre Mediacloud, resultou em 581 registros. Tais registros foram submetidos a uma seleção manual, na qual excluimos repetições e registros sem interesse, isto é, quando o uso da palavra quilombo é apenas incidental, quando faz referência a topônimos, nomes de empresas, municípios ou pessoas etc.

1 - Acampamento de 450 famílias sem terra situado em Campo do Meio (MG), que, depois de 20 anos de produção agroecológica, em agosto de 2020 passou a sofrer uma ação de despejo.

Grande parte das referências sem interesse é relativa ao carnaval e a escolas de samba, às situações de racismo ou ao Dia da Consciência Negra, onde o termo é usado em perspectiva metafórica ou exclusivamente histórica, e, finalmente, ao acampamento Sem Terra Quilombo Campo Grande¹. Deixamos de fora também as notícias e artigos de opinião relativos às comunidades quilombolas de Alcântara (MA) e Rio dos Macacos (BA). Apesar de esses conflitos serem independentes da pandemia, a mídia deu significativa visibilidade a ambos os casos associando-os à Covid-19, ao abordar as ações ou ameaças de expropriação do Estado brasileiro contra essas comunidades como parte das ações federais de agravamento dos efeitos da pandemia sobre populações já vulneráveis.

Ao fim dessas exclusões, chegamos a um total de 81 registros sobre quilombos, entre notícias e artigos de opinião, publicados entre janeiro e dezembro de 2020. Para efeitos de exposição e análise, tais registros foram divididos em quatro temas: Políticas e Ações Governamentais, Conflitos e Manifestações de Racismos, Cultura e Eleições 2020.

Os dois primeiros e mais destacados temas são responsáveis por 54 dos 81 registros. O tema Políticas e Ações Governamentais foi abordado em 31 notícias e 2 artigos de opinião, e metade desses registros diz respeito a políticas ou ações federais (15), enquanto os registros de políticas e ações estaduais se concentraram nos estados de São Paulo (04), Bahia (03), Pernambuco (03) e Amapá (03). Já o tema Conflitos e Racismo foi destaque em 23 registros, com concentração nos estados do Pará (6), Maranhão (5), Rio Grande do Sul (4) e Bahia (3).

As notícias relativas a eventos culturais ou as reportagens que abordavam os quilombos de uma perspectiva cultural foram responsáveis por 19 registros, que se concentraram nos estados do Pará (6) e Rio de Janeiro (03).

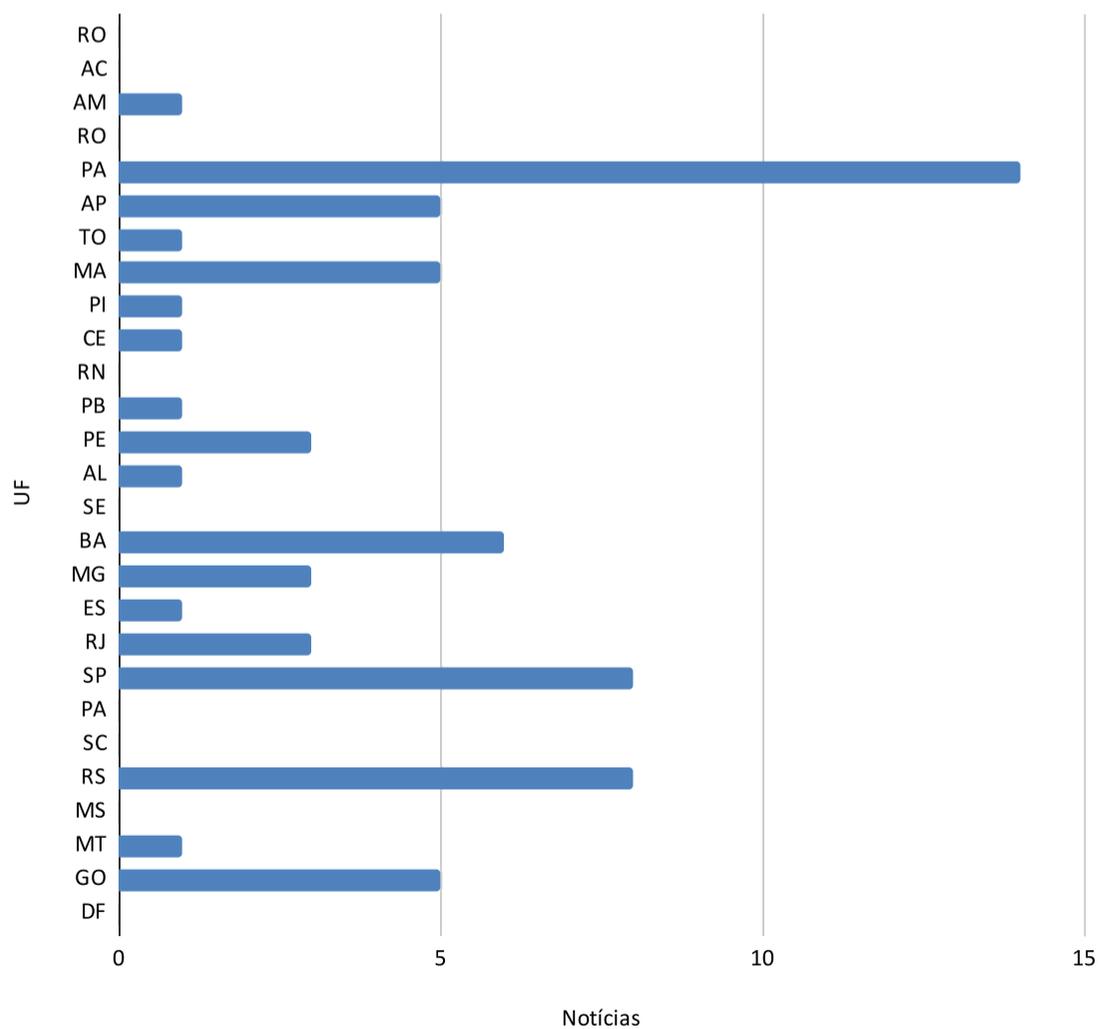
Finalmente, o tema menos frequente em nosso levantamento merece destaque por sua novidade. Pela primeira vez a imprensa nacional deu destaque à presença quilombola nas eleições municipais. Foram 7 registros, concentrados nas eleições de municípios dos estados de São Paulo e Goiás.

Como praticamente todos os registros sobre quilombos entre os meses de março e junho estiveram associados à pandemia de Covid-19, este Panorama acabou por concentrar-se no segundo semestre de 2020. Das 31 notícias sobre Políticas e Ações Governamentais, nenhuma foi publicada entre os meses de março a junho. Os registros sobre Conflitos e Racismo concentram-se nos meses de fevereiro, junho,

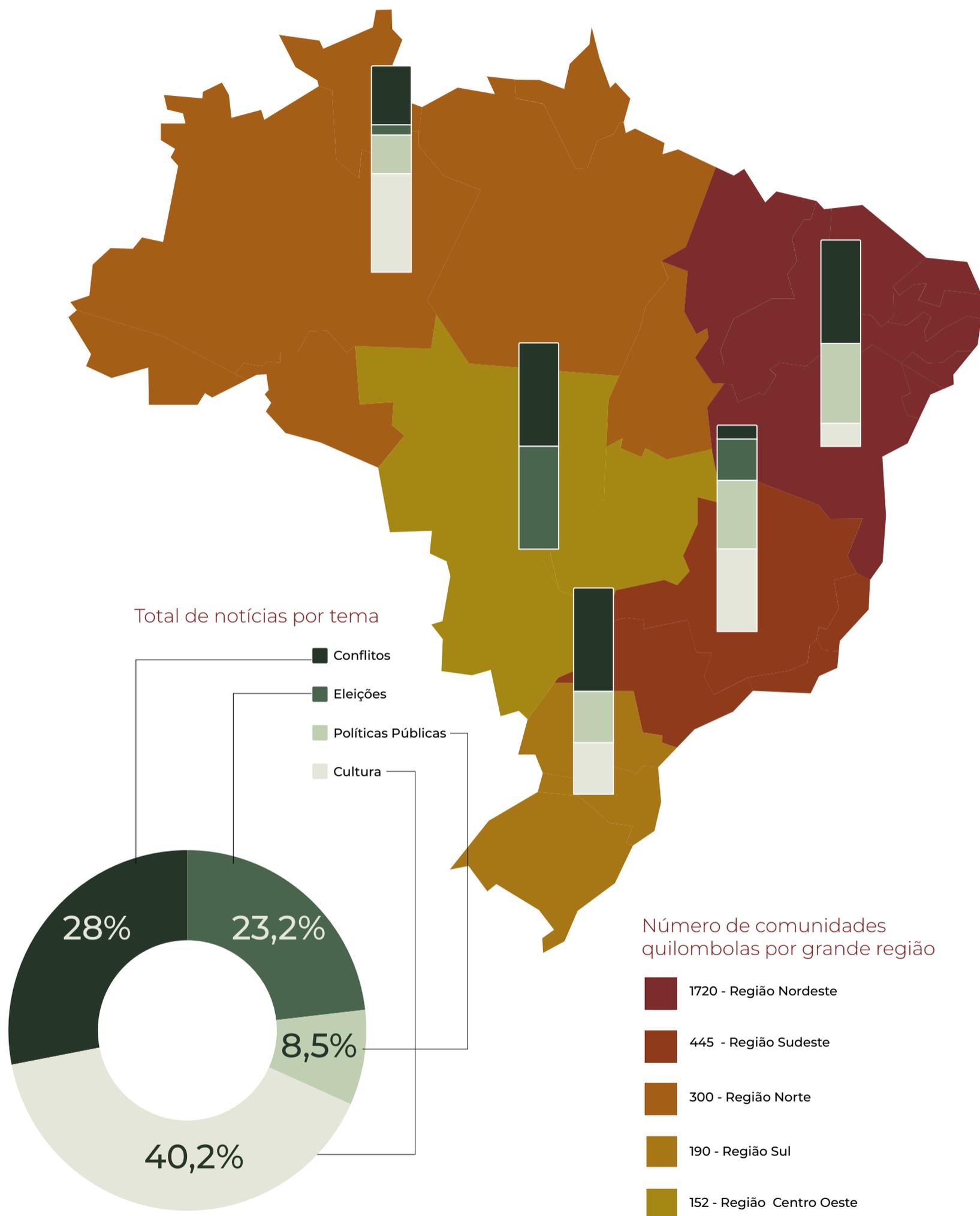
julho e setembro. Os registros sobre Cultura estão distribuídos nos meses de fevereiro, maio e agosto. Os registros sobre as Eleições aparecem apenas em outubro e novembro. Tal temporalidade deixa claro que esta edição do Panorama Quilombola deve ser lida ao lado e em complementaridade ao Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19 #6.

Notíciais da Imprensa nacional sobre quilombos, exeto covid-19, 2020

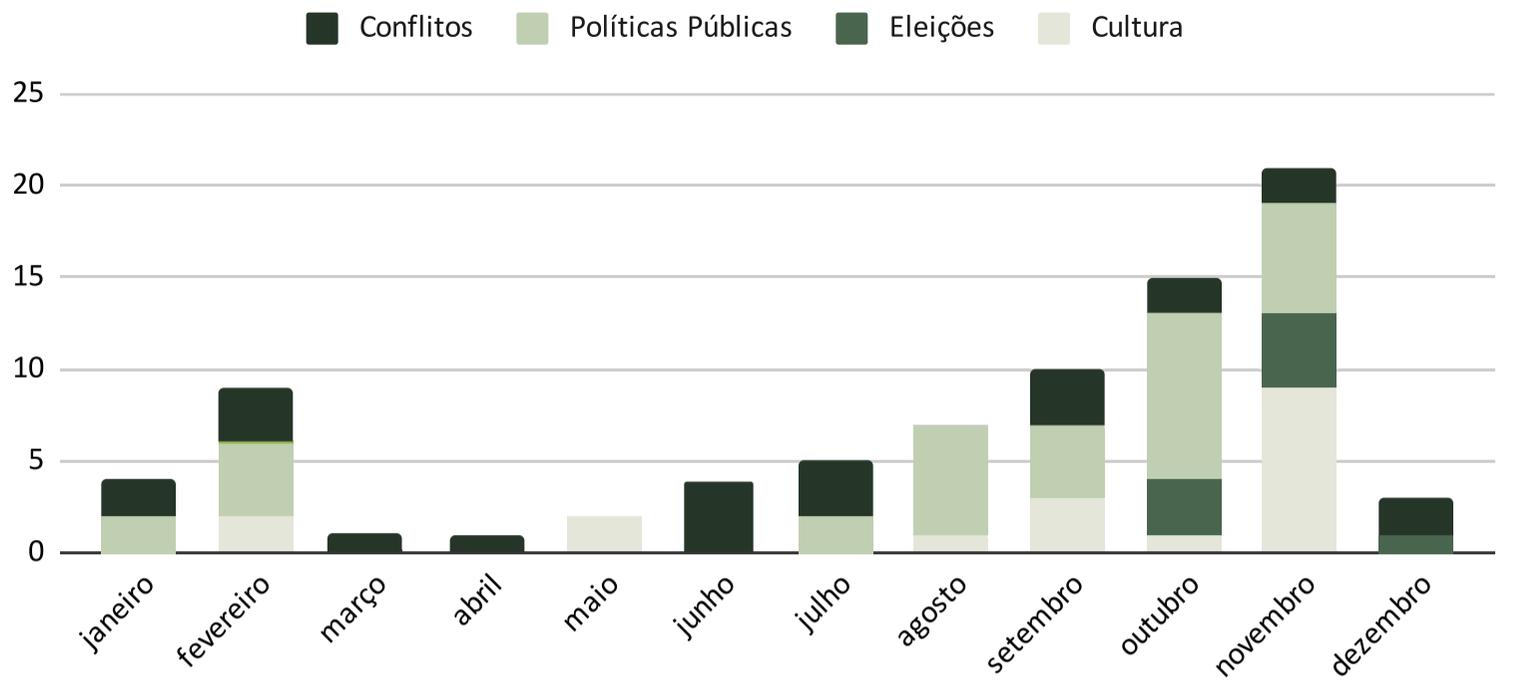
Notícias da Imprensa sobre quilombos por estado 2020



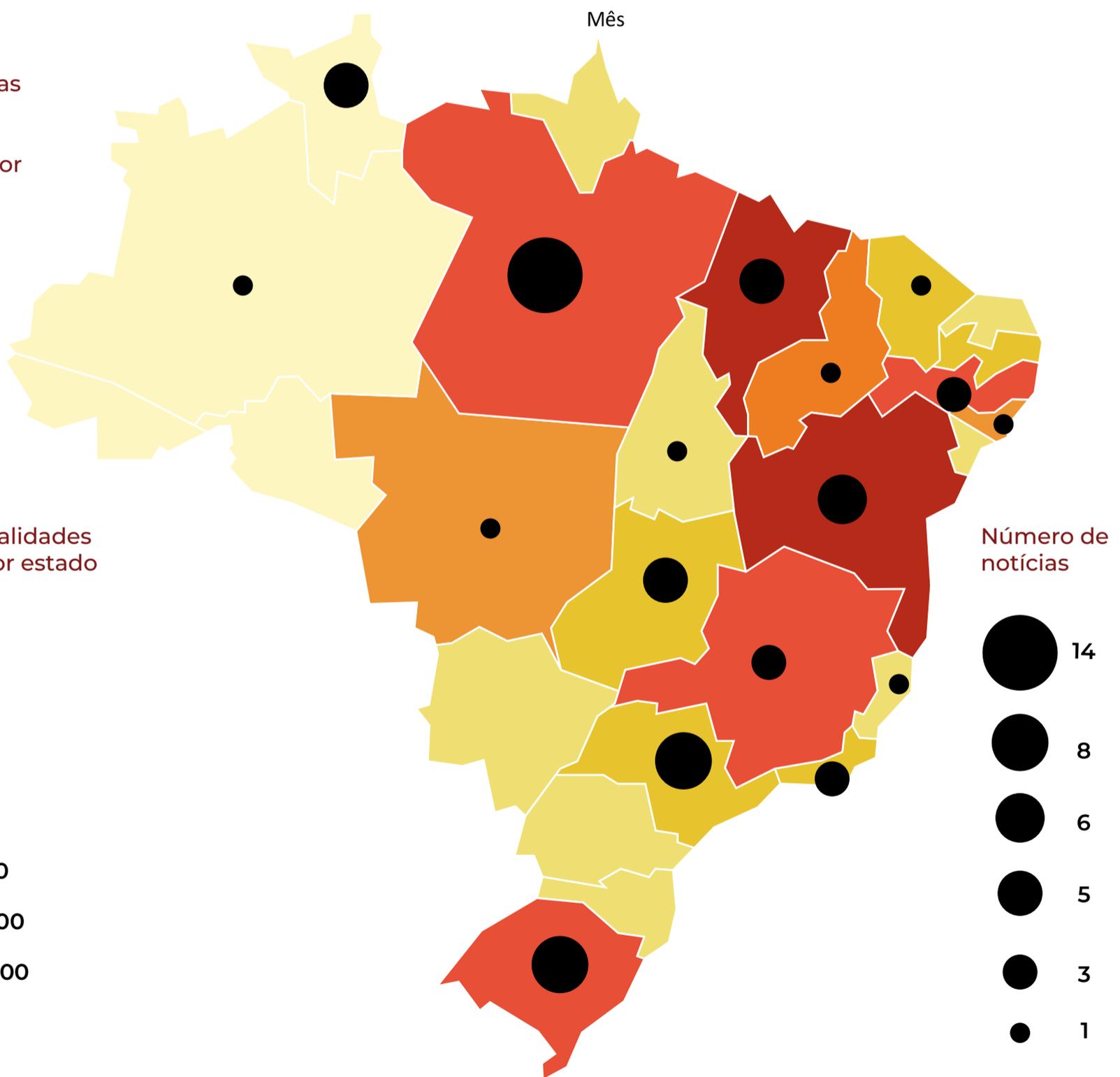
Notícias por tema, segundo as grandes regiões



Total de notícias por tema e por mês (2020)



Total de notícias e número de localidades quilombolas por estado



Ações Governamentais

Das 33 notícias relacionadas a Políticas e Ações Governamentais, 21 foram sobre ações federais, 9 sobre ações estaduais e apenas 2 sobre iniciativas municipais. As notícias sobre ações federais concentraram-se no avanço e nos efei-

tos dos megaprojetos sobre os territórios quilombolas, sobre mudanças ministeriais e em declarações do presidente da República. As notícias sobre o desmonte de programas públicos ganharam destaque tanto entre as ações federais quanto entre as ações estaduais.

As abordagens de imprensa continuam evocando as declarações que o presidente fez em 2017, em palestra no Clube Hebraica (Rio de Janeiro – RJ), nas quais referia-se aos quilombolas do Vale do Ribeira (SP) com termos normalmente reservados aos animais. Durante a sabatina de Kássio Nunes Marques relativa a sua indicação para ocupar a vaga no Supremo Tribunal Federal, no Senado, a Folha de S.Paulo sugeriu que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) fizesse **uma pergunta sobre como o candidato julgaria uma declaração como esta. Zuenir Ventura**, em O Globo, e **Leonardo Sakamoto**, no Portal da UOL, voltariam àquelas declarações ao analisarem o negacionismo oficial diante das tensões raciais decorrentes do assassinato de João Alberto Silveira de Freitas.

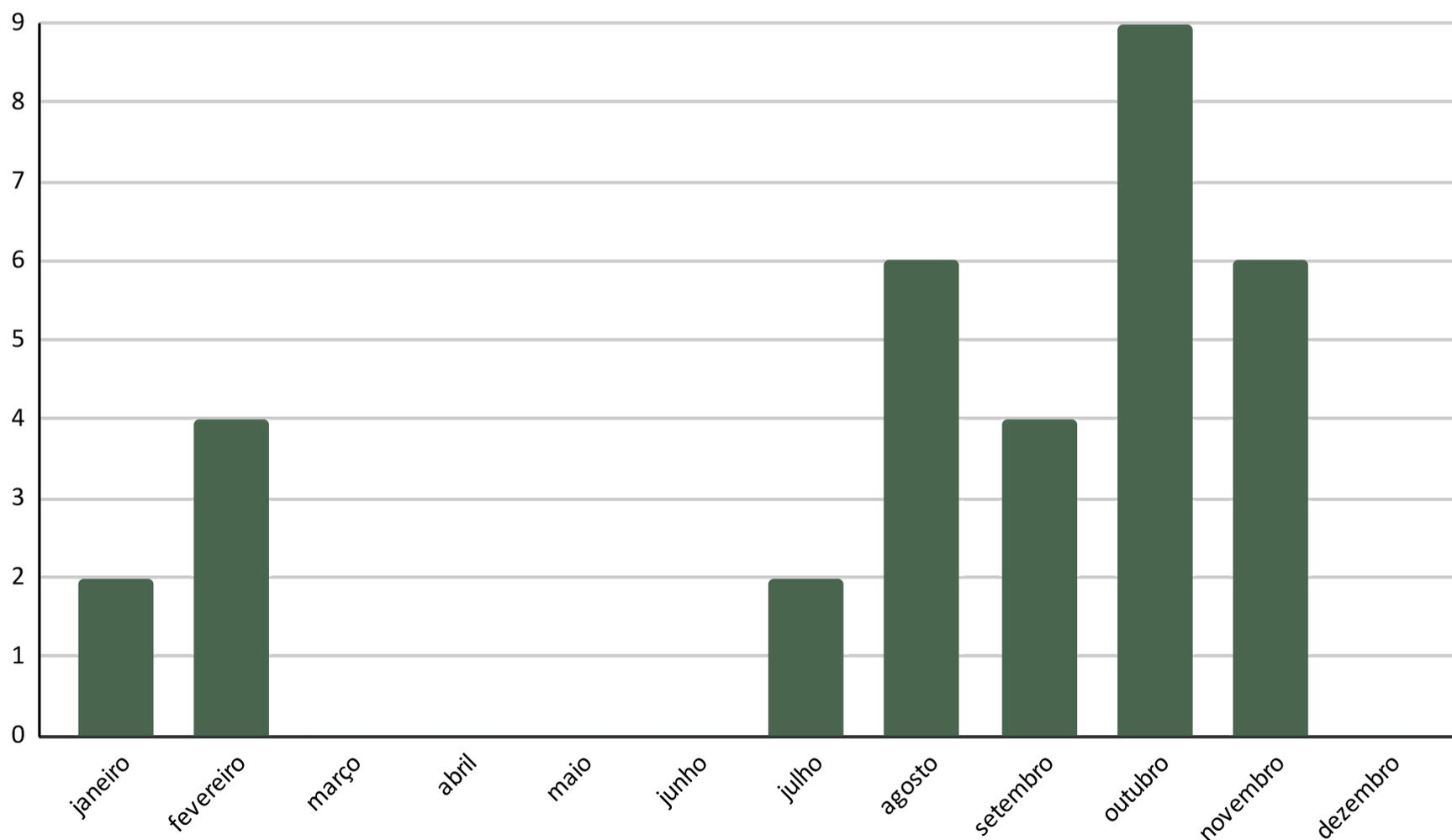
A maior parte das notícias sobre ações federais relativas às comunidades quilombolas esteve relacionada, ainda, às mudanças na composição e na orientação de ministérios, secretarias e fundações. As primeiras notícias do ano sobre o tema são relativas ao decreto 10.252 (20 de fevereiro), que altera as atribuições do Incra, subordinando-o ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O decreto, que redefine a Estrutura Regimental do Incra, atribui à Diretoria de Governança Fundiária a nova competência de “coordenar as atividades de licenciamento ambiental em terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos em articulação com o órgão ambiental responsável” (Anexo I, seção III, Artigo 13, #7), antes de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares (FCP).

As mudanças na FCP, aliás, são as que concentraram a atenção da imprensa: 7 notícias veiculadas entre o período de 12 de julho a 15 de agosto. A coluna de Guilherme Ama-

do na revista *Época* aborda tais questões em três matérias, duas delas assinadas por Naomi Matsui. A **primeira** denunciava que o representante regional da FCP na Bahia, Sérgio Del'Arco Filho, nomeado pelo presidente da instituição, não possuía nenhuma especialização para assumir o cargo. A **segunda** informa sobre o questionamento extrajudicial feito pela Defensoria Pública de Minas Gerais sobre as medidas do governo em prol da população quilombola, inclusive sobre as (não) executadas no contexto pandêmico e as (não) adotadas para implementar o Programa Brasil Quilombola.

Finalmente, uma **terceira matéria** noticia a nomeação de Victor Hugo Diogo Barboza, um aluno de Olavo de Carvalho que também não tem qualquer qualificação na área, para assumir a Coordenação de apoio a quilombos da FCP. A polêmica gerada em torno dessa nomeação foi abordada também pela Folha de S. Paulo (1; 2), pelo **Portal Terra**, pelo **Bahia Notícias** e pelo **Brasil 247**. As notícias evidenciam que, assim como o próprio presidente da FCP, o nomeado desqualifica a figura de Zumbi dos Palmares em postagens de redes sociais e nega a violência histórica contra a população negra.

Notícias sobre ações governamentais ao longo 2020



Tais mudanças na composição e na orientação das agências federais são apenas uma dimensão do desmonte das políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas, que ganharam destaque no jornal Brasil de Fato, antes de o tema Covid-19 tornar-se hegemônico. A primeira reportagem, publicada em janeiro, aborda a **redução dos recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos**, que combina a compra de alimentos das cooperativas de produtores indígenas e quilombolas com a sua doação, na forma de cestas de alimentos, a outras parcelas dessa mesma população. O programa, que em 2012 contava com orçamento de R\$ 1,2 bilhão, e já havia sido reduzido para R\$ 188 milhões em 2019, chegava, em 2020, a apenas R\$ 101 milhões. A segunda reportagem, publicada no mês seguinte, tratou da **inviabilização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera**, decorrente da já citada reorganização do Incra, na qual foi extinta a Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania. Segundo uma advogada quilombola formada na Turma de Direito do Pronera na Universidade Federal do Paraná (UFPR), ouvida na reportagem, a medida seria “um projeto político de extinção da população rural, vindo de um governo que menospreza a educação, a leitura e o conhecimento”.

O processo de desmonte das políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas torna-se ainda mais evidente com o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2021 em agosto, no qual a **dotação de recursos de ações destinadas ao Incra para ações junto às comunidades quilombolas** teve uma redução de R\$ 3,2 milhões para R\$ 329 mil, conforme noticiou O Globo.

*

Nos planos estadual e municipal, as notícias permitem distinguir, de um lado, gestões marcadas pelo abandono das comunidades quilombolas ou mesmo por seguirem a tendência federal de desmonte das políticas públicas, como são os casos de São Paulo, Amapá e Minas Gerais, de gestões que, por outro lado, foram responsáveis por ações de apoio ou assistência a essas comunidades, como foi o caso dos estados da Bahia e Pernambuco e, especificamente, dos municípios de Santarém (PA) e Porto Alegre (RS).

No estado de São Paulo, que já se destacou por sua política de atendimento e regularização de territórios quilombolas, o tema dominante no período foi a edição do Projeto de Lei 529 (13 de agosto), que prevê a extinção da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e de outros

órgãos estaduais, sob a justificativa de buscar o equilíbrio financeiro diante da crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19. As notícias (**Yahoo! Notícias**) e o **artigo da Deputada Estadual Érica Malunguinho** (Brasil de Fato) destacam como a aprovação do PL 529/20 afetar o atendimento das comunidades quilombolas nas políticas agrárias e fundiárias estaduais, representando um importante retrocesso na efetivação dos seus direitos fundamentais.

No caso do Amapá, as notícias revelam o descompasso entre a propaganda de ações estaduais e sua efetivação. Enquanto uma reportagem do G1 divulgava o **diagnóstico realizado pela Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes** (Seafro) junto a 40 comunidades quilombolas do estado, tendo em vista a promoção de políticas de assistência, notícias publicadas na **Folha de S.Paulo** e no **Portal de Notícias da UOL** registravam o abandono dessas mesmas comunidades durante o apagão ocorrido em novembro de 2020.

Enquanto uma reportagem do **Brasil de Fato** denunciava a falta de abastecimento de água enfrentada pelas comunidades quilombolas do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, o **Portal a Tarde** divulgava a construção de sistemas de abastecimento em 85 comunidades quilombolas pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), entre outras ações do Governo do Estado da Bahia, como implantação de módulos sanitários, domiciliares, perfuração de poços e instalações de sistemas de abastecimento. Ainda no estado, ganharam destaque também as ações de responsabilidade do município de Salvador, com reformas de casas, requalificação e melhorias estruturais em unidades de ensino e modernização da rede de iluminação. (**A Tarde**)

Além da Bahia, a cobertura da grande imprensa destacou a regularização de um território quilombola por iniciativa do estado de Pernambuco (**G1** e **Brasil de Fato**). A titulação do território do quilombo Castainho, localizado no município de Guaranhuns, regularizou uma área de 64,8 hectares, beneficiando 400 famílias após 24 anos de espera.

A imprensa nacional destacou também iniciativas no nível municipal, em Porto Alegre (RS), com o lançamento de edital de seleção específico para comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais acessarem os recursos emergenciais da Lei Aldir Blanc (**G1**), e em Santarém (PA), com a titulação do território da comunidade Quilombola Pérola do Maicá (**G1**).

A abordagem do G1 enfatiza que “Mais três títulos [...]

foram entregues a famílias remanescentes de quilombos da comunidade Arapemã” pela Coordenadoria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CHDU) de Santarém, completando, então, seis áreas tituladas pelo município. A breve notícia finaliza com menção feita pelo presidente da Associação dos Quilombos de Arapemã de que a titulação era resultado “de uma luta árdua” e com seu relato de que o fato encoraja a comunidade a “alcançar mais melhorias”, mas não dá qualquer informação sobre o caráter municipal da titulação. O tema é esclarecido em uma **notícia** publicada pela organização Terra de Direitos: a titulação de uma área de 23 mil m² corresponde a 70% do território onde vivem 34 famílias quilombolas de Arapemã, localizadas entre dois empreendimentos portuários previstos para a região. A emissão de títulos não foi uma iniciativa da prefeitura de Santarém, mas consequência do questionamento ajuizado pelo poder público municipal no início do processo de titulação do quilombo pelo Incra em 2007, no qual constatou-se que a área quilombola localizava-se em terras de propriedade do município, e não da União. A titulação pela prefeitura aconteceu 13 anos após a abertura do processo e envolveu, além de acordos entre a comunidade e o Incra, um acompanhamento do Ministério Público Federal.

As duas únicas titulações de territórios quilombolas de 2020, portanto, envolveram os poderes executivos estadual e municipal, o que consolida o quadro de inação federal nessa área, assim como desloca o foco do movimento quilombola em direção de outras instâncias do Estado quando o assunto é a efetivação dos seus direitos.

Outra direção em que o movimento quilombola se movimenta, em alternativa ao negacionismo federal, é a do sistema de Justiça. Há uma tendência à judicialização das demandas por políticas públicas previstas, mas paralisadas. Esse é o caso da condenação governo federal pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, que exige a retomada do repasse de verbas para a construção de casas pelo programa Minha Casa, Minha Vida na comunidade quilombola Alpes Dona Edwirges, em Porto Alegre (G1).

Conflitos e violências

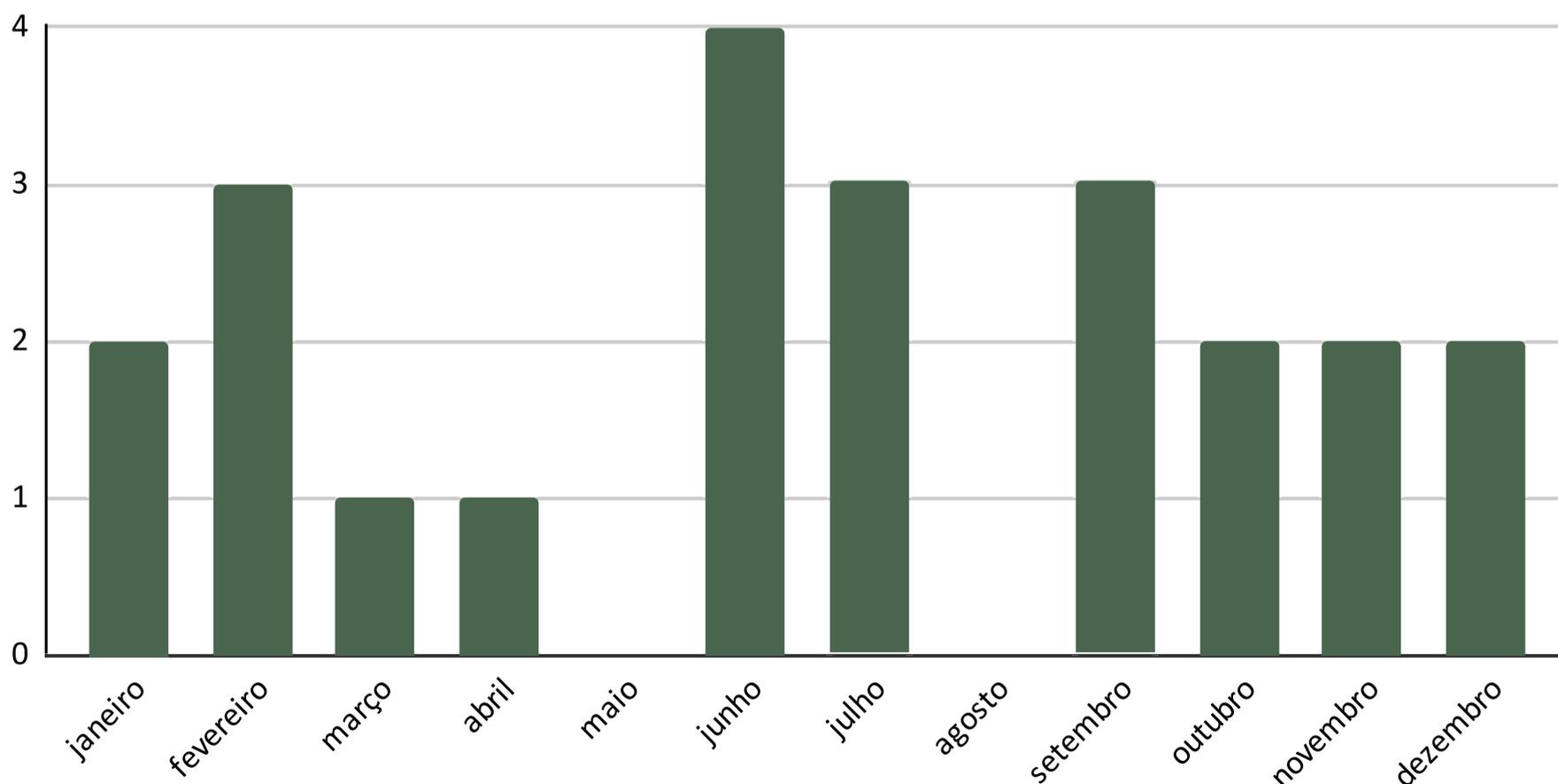
O ano de 2020 foi pontuado, quase mês a mês, por notícias e reportagens relativas à deflagração ou aos desdobra-

mentos de conflitos fundiários e às violências decorrentes deles. Pelo menos 10 situações de conflito, situadas em 8 estados (PA, MA, CE, BA, GO, MT, ES, RS) receberam atenção na imprensa nacional. Uma notícia envolvendo dois assassinatos de quilombolas, 4 notícias sobre territórios ameaçados por projetos ou megaprojetos públicos e particulares, 2 notícias sobre a reação do movimento quilombola contra o avanço ou continuidade de empreendimentos irregulares, 1 situação envolvendo desmatamento irregular de território quilombola por terceiros e, finalmente, 2 notícias sobre decisões da Justiça sobre reintegração de posse contra comunidades quilombolas.

Logo no início do ano, em 5 de janeiro, o jornal Brasil de Fato registrou o **assassinato de duas lideranças quilombolas da Comunidade do Cedro**, município de Arari (MA), por homens armados. Celino Fernandes e Wanderson de Jesus Rodrigues, pai e filho, foram mortos dentro de casa, na frente de familiares. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as vítimas haviam recentemente denunciado o conflito agrário entre a comunidade e grileiros.

Ainda no mês de janeiro, o noticiário nacional abriu espaço para **o drama vivido pelo Quilombo do Cumbe**, na cidade de Aracati, comunidade localizada no litoral cearense e

Notícias sobre conflitos ao longo 2020



ameaçada na posse do seu território tradicional por diferentes interesses econômicos, desde um resort até uma usina eólica, passando por empresas de carcinicultura, todos envolvendo atores políticos da região.

No início de fevereiro, lideranças quilombolas, indígenas, de pescadores e trabalhadores rurais de Santarém apresentaram pedido ao Ministério Público Federal para que o órgão entrasse com uma ação na Justiça contra a continuidade das obras de **construção de um porto de combustíveis no Maicá**. Segundo o G1, as comunidades temem não só alterações no nível da água do rio, com impacto sobre a reprodução dos peixes, como também o risco de vazamentos. O tema voltaria a ser abordado pelo G1 em setembro, com a notícia de que a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (Foqs) havia **pedido para ingressar como assistente litisconsorcial na ação civil pública** que já havia sido movida pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual contra a empresa e o Estado do Pará. A Foqs denunciava irregularidades na obra e a falta de consulta livre, prévia e informada às populações tradicionais impactadas.

Em março era noticiada outra ação conjunta dos Ministérios Públicos Federal e Estadual do Pará, no envio de **recomendação ao Ibama e à FCP para que se abstivessem de emitir qualquer autorização** ou licença para a empresa responsável pela linha de transmissão de energia elétrica que entre Oriximiná (PA) e Parintins (AM), cujas obras ameaçam impactar as comunidades quilombolas de Arapucu, Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes. O assunto voltaria a ser abordado na imprensa em junho, quando a FCP deu aval ao Ibama para que o processo de licenciamento ambiental seguisse. Segundo a notícia do G1, a **decisão teria sido tomada pela FCP sem a necessária consulta prévia às comunidades**, sob o argumento de que, devido às dificuldades impostas pela pandemia, a consulta prévia seria feita posteriormente (!). As organizações e movimentos solicitaram o cancelamento da licença prévia até que houvesse a consulta feita aos quilombolas conforme a Convenção 169 da OIT.

Em abril, o caso de destaque foi a ameaça de **desapropriação das terras ocupadas pela comunidade Quilombo Quingoma** (Lauro de Freitas, BA) por Decreto Estadual, para a implementação das obras de acesso ao Hospital Metropolitano. A comunidade havia sido certificada pela FCP em 2013 e tinha processo de regularização fundiária aberto no Incra, que, no entanto, continuava paralisado. O assunto voltaria à pauta no Portal G1 em junho, quando os moradores da co-

comunidade realizaram uma **manifestação contra a construção da estrada**, em plena pandemia de Covid-19. No mês seguinte, a Defensoria Pública da União na Bahia ajuizou uma **ação civil pública para impedir a desapropriação**, solicitando a tutela de urgência para a paralisação das obras.

Em junho, o Governo do Estado de Goiás multou em R\$ 5 milhões uma fazendeira e uma empresa de mineração responsáveis pelo **desmatamento de 530 hectares de mata virgem localizada em território Kalunga**. Também foram apreendidas 300 toneladas de calcário que seria usado na preparação do solo para plantação. Inicialmente, segundo o G1, o valor da multa seria de R\$ 300 mil, porém o valor foi ampliado em decorrência da operação de fiscais do Meio Ambiente e da Polícia Civil, que, ao chegarem ao local, perceberam a vasta vegetação do Cerrado que foi destruída.

No mês de junho, também, o conflito noticiado ocorreu no estado do Espírito Santo, provocado pelo anúncio de um megaporto, associado a termelétricas, que ameaça territórios tradicionais ribeirinhos e quilombolas, como os quilombos Cacimbinha e Boa Esperança. Segundo um biólogo (que preferiu não se identificar) da empresa de análise ambientais Econservation, ouvido pela reportagem do Repórter Brasil, o **megacomplexo industrial portuário**, que prevê a ocupação de mais de 2 mil hectares no município de Presidente Kennedy, significa, caso implantado, um imenso impacto ao ecossistema local, podendo acabar com o modo de vida das comunidades tradicionais da região.

Em setembro, o Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF-4) suspendeu a reintegração de posse e o **despejo da comunidade quilombola dos Machado**, movida por uma empresa local – a qual alega ser dona do terreno, tendo entrado na Justiça em 2018 com a ação. A comunidade, que conta com cerca de 300 famílias na região, é um dos oito quilombos urbanos de Porto Alegre-RS. A decisão está suspensa até que o Incra consiga concluir o relatório de identificação e reconhecimento como área quilombola.

No fim de novembro, dois anos após uma primeira tentativa de reintegração de posse, o TRF-4 concedeu nova **liminar para reintegração contra a comunidade quilombola Família Lemos** (Porto Alegre-RS), a pedido do Asilo Padre Cacique. Os quilombolas acusam a entidade de grilar a área reivindicada. Cerca de um mês depois, entretanto, **a ação de reintegração foi suspensa** por decisão da desembargadora Vânia Hack de Almeida, da 3ª Turma do TRF-4. A magistrada baseou a sua decisão em dois argumentos: que a reintegra-

ção traria prejuízos ao trabalho já iniciado pelo Incra de identificação e delimitação territorial da comunidade, e dos riscos que uma reintegração de posse durante a pandemia traria à saúde dos quilombolas.

Por último, ao final de novembro, o longo e conturbado conflito territorial da comunidade de Mata Cavalo (Nossa Senhora do Livramento-MT) sofreu novo revés. O Tribunal de Justiça Estadual **deferiu liminar para que o fazendeiro**, em conflito com a comunidade quilombola, reformasse imóvel localizado dentro da área em disputa. Segundo notícia do G1, apesar de a decisão não implicar uma reintegração de posse, Gonçalves Almeida, moradora do quilombo e presidente da Associação Quilombo Mata Cavalo, argumenta que os empregados do fazendeiro, supostamente envolvidos na obra, estavam ameaçando os moradores para que eles deixassem as terras.

Cultura

A cobertura de imprensa sobre o tema Cultura e quilombos em 2020 soma 19 matérias, publicadas no portal G1, na Folha de S.Paulo, no Brasil de Fato e no Estado de Minas. Oito das 14 matérias publicadas no G1 replicam reportagens produzidas e veiculadas por programas de TV de afiliadas da Rede Globo, com destaque para as do estado do Pará (6 reportagens). Os materiais concentram-se na divulgação de eventos e audiovisuais, mas também abordam a publicação de livros, e ainda há as matérias que abordam diretamente temas como história, cultura e produção quilombola. Um terço da mostra dizia respeito a projetos culturais, metade disso fazendo referência à Lei de Incentivo à Cultura e aos patrocinadores das atividades. Metade das matérias sobre atividades culturais destacou produções das próprias comunidades quilombolas, mas nenhuma delas patrocinadas pela Lei de Incentivo à Cultura.

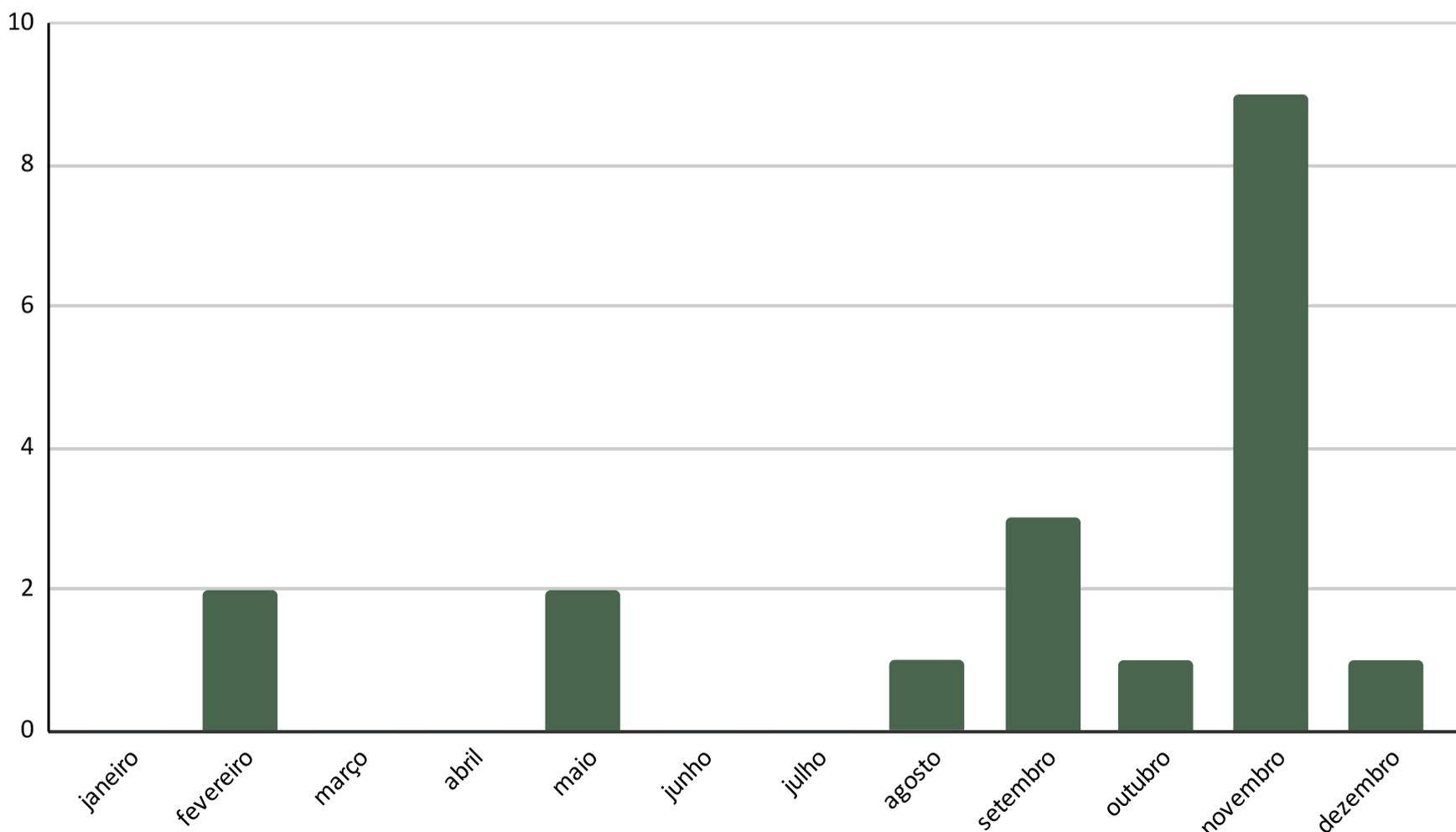
A análise das matérias também permite perceber as mudanças impostas a essas atividades pelo contexto pandêmico que caracterizou o ano de 2020. As primeiras ocorrências do ano se deram em fevereiro e destacavam atividades presenciais relacionadas ao carnaval, como o lançamento dos blocos dos Quilombos do **Curiaú no Amapá (Macapá-AP)** e do **Sacopã (Rio de Janeiro-RJ)**, e da roda de samba dessa última comunidade. Em ambas as notícias, o impacto da pandemia de Covid-19 só se torna evidente com o **adiamento do Candombe em homenagem a Nossa Senhora, no Quilom-**

bo do Açude (Jaboticatubas-MG). Depois dessa notícia há uma espécie de apagão cultural, ao longo de todo o resto do primeiro semestre do ano.

No segundo semestre alguns projetos são retomados sob novos formatos ou com redução de público e adequação às orientações de enfrentamento à pandemia. Em agosto, o **Festival de Cultura Negra** envolveu oito comunidades quilombolas do município de Oriximiná (PA) que participaram em lives. No mês seguinte voltaram a ocorrer atividades em formato presencial com público reduzido, distanciamento social e uso de máscara e álcool como em gel, como as **palestras Quilombo Território de Cultura** do Projeto Circuito de Cultura, envolvendo quilombos dos municípios de Óbidos e Oriximiná (PA) e a **oficina de cerâmica realizada com as mulheres do Quilombo Baía Formosa (Armação dos Búzios-RJ)**.

No mês de novembro a reportagem realizada no contexto da pandemia de Covid-19 pelo Programa “É do Pará”, da TV Liberal, apareceu em três matérias no portal G1, uma sobre a **história e cultura do Quilombo Abacatal (Ananindeua-PA)**, uma sobre o **artesanato produzido também pela comunidade de Abacatal** e outra sobre os **documentários produzi-**

Notícias sobre cultura ao longo 2020



dos sobre quilombos paraenses. A produção Quilombos do Pará foi mencionada também em novembro na divulgação da série documental do **Projeto Sonora Brasil exibida pela TV Sesc** e noticiada na Folha de S.Paulo, que abordou a diversidade de ritmos presentes em quilombos do Amapá, Pará e Rio Grande do Sul.

Mês da Consciência Negra, novembro concentrou uma diversidade de produtos e atividades culturais relativos às comunidades quilombolas. Entre os livros, destaca-se o lançamento da **coletânea “Mulheres Quilombolas: Territórios de Existências Negras Femininas”**, escrita por 18 quilombolas de todo o país e compilada por Selma Dealdina, quilombola da região do Sapê do Norte (ES) e membro da direção da Conaq, amplamente divulgada nas mídias sociais e em uma matéria do Brasil de Fato. No Dia da Consciência Negra, o **portal G1 e o Jornal do Amazonas** registraram a realização da feijoada do Quilombo Barranco de São Benedito, enquanto a Folha de S.Paulo abordou o **projeto Akotirene Kilomboque**, que promove o encontro entre conhecimentos quilombolas e astronomia, realizado no Quilombo Morada da Paz (Triunfo-RS). No mesmo contexto, uma **reportagem do Globo Rural**, publicado no G1 abordou a produção agrícola e a preservação do dialeto cupópia no Quilombo Canfundó (SP), como elementos de resistência e reconhecimento.

Por fim, merece destaque a abordagem da imprensa sobre o pioneirismo da Universidade Federal de Minas Gerais no **reconhecimento do notório saber dos mestres de quilombos, indígenas e outras comunidades tradicionais**, como equivalente ao título de doutorado. Movimento que se encontra na contramão das ações e pronunciamentos publicizados no mesmo contexto por quadros do órgão federal responsável por promover o reconhecimento da cultura afro-brasileira.

Eleições

O ano de 2020 foi marcado pela novidade eleitoral representada por um grande número de candidatos e candidatas autoidentificados como indígenas, quilombolas e LGBTQs. De acordo com a Conaq, em todo o país foram registradas aproximadamente 500 candidaturas quilombolas, das quais 81 foram eleitos no primeiro turno.

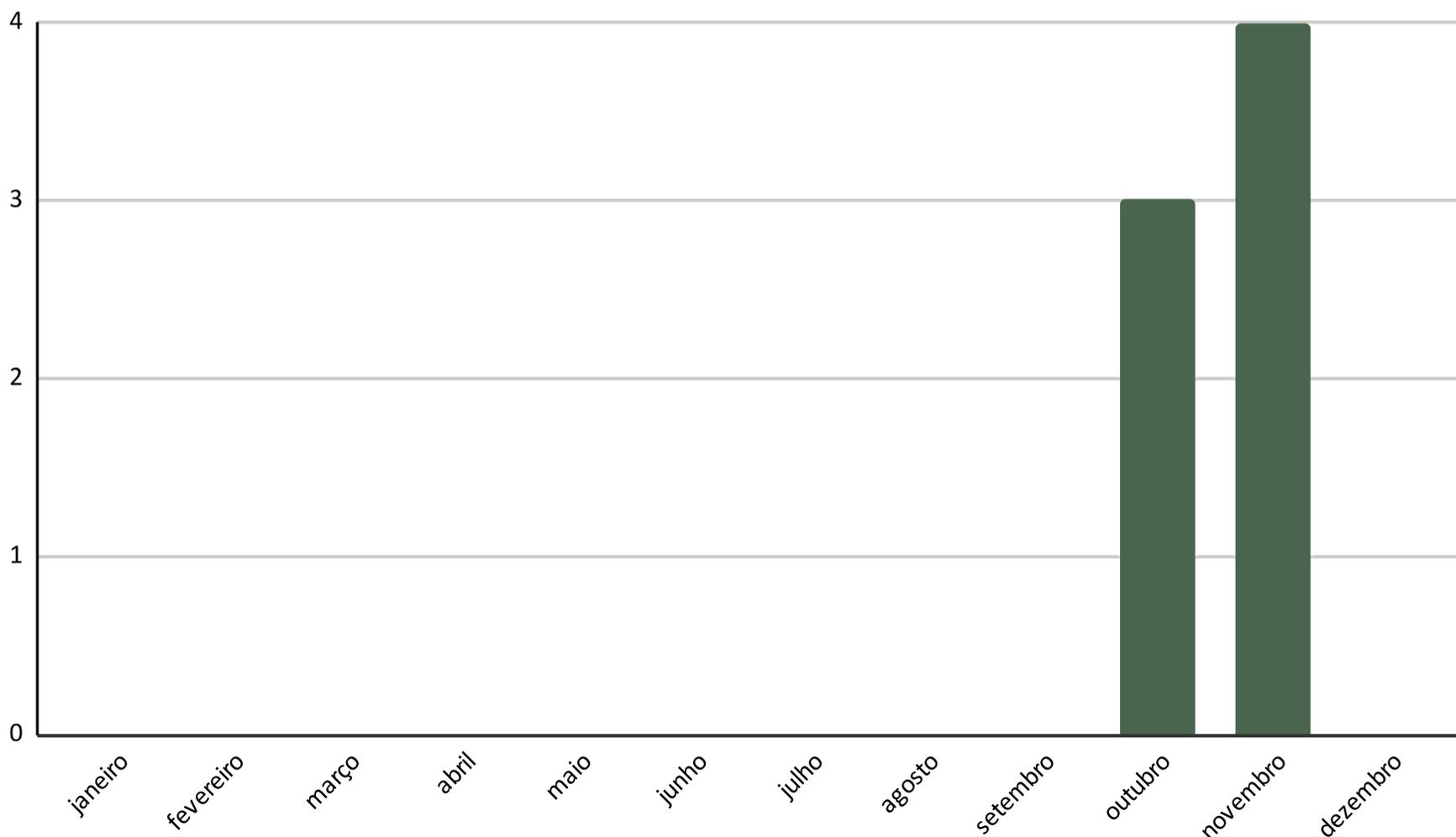
Este foi o caso de Elio Dionízio (PTB), eleito prefeito de Chapada da Natividade (TO). No total, as eleições municipais

no Tocantins elegeram 13 políticos quilombolas além de Elio, 3 vices e 10 vereadores, em nove municípios. Segundo a Conaq, o Tocantins foi um dos estados em que mais quilombolas foram eleitos em 2020. Segundo a coordenadora da Conaq no Tocantins, Cida Sousa, em [notícia do G1](#), essas vitórias nas urnas podem representar uma oportunidade de fortalecimento das comunidades nos municípios, de modo a suprir suas demandas históricas.

Outro caso de destaque na imprensa foi a eleição de Vilmar Souza Costa para a prefeitura do município de Cavalcante (GO). Com 35,95% dos votos, Vilmar Kalunga (PSB), como é conhecido, foi eleito o primeiro prefeito quilombola da cidade. Nascido no Vão Moleque e ex-presidente da Associação Quilombo Kalunga, Vilmar se tornou conhecido pela atuação e luta pela demarcação das terras do maior quilombo do Brasil. [Em entrevista ao portal UOL, Vilmar afirmou](#) que foi necessária a conscientização da população para romper estigmas históricos que ainda colocam os quilombolas na posição de “bons para votar, não para serem votados”.

Também em [entrevista ao portal UOL, Antônio Crioulo, coordenador executivo da Conaq](#), afirmou que esse ce-

Notícias sobre eleições ao longo 2020



nário propicia um novo momento para as lutas coletivas das comunidades remanescentes de quilombos, mesmo que reconheça, ao mesmo tempo, que o sistema político e as condições sociais impediram mais vitórias. Ele cita relatos sobre políticos e cabos eleitorais entrando nas comunidades para comprar votos com cestas básicas e influenciando as votações. “Quando se trata de fome e você tem logo à frente um benefício imediato, as pessoas muitas vezes cedem. A gente não culpa o povo. A gente culpa o sistema que criou esse cenário de vulnerabilidade”, complementou Antônio Crioulo.

Dificuldades relativamente diferentes foram enfrentadas pelo advogado e quilombola Oriel Rodrigues de Moraes, candidato pelo PT à Prefeitura de Eldorado-SP, no Vale do Ribeira. **A candidatura de Oriel enfrentou um cenário delicado**, visto que Eldorado é o município onde o presidente Jair Bolsonaro cresceu e sua família tem forte influência política. O candidato quilombola, que vive na comunidade quilombola de Ivaporunduva, chegou a dizer antes da oficialização de sua candidatura estar receoso, pois se tratava de uma iniciativa inédita que poderia incomodar, conforme relatado pelo portal UOL. Apesar de Oriel não ter sido eleito, **recebendo apenas 9,36% dos votos válidos**, sua candidatura ganhou destaque na imprensa, justamente por ser representada como símbolo do conflito ideológico entre Bolsonaro (e sua família) e os quilombolas, sobretudo com os veículos de comunicação relembrando as falas do atual presidente, em 2017, no Clube Hebraica. Por isso, para que sua candidatura não provocasse reações da influente família local, **o candidato quilombola declarou ter evitado falar com a imprensa**.

Racismo

Depois de adiar oito vezes o julgamento de Ricardo Albuquerque, na ação movida pela Conaq, em parceria com a organização Terras de Direitos, o **Conselho Nacional do Ministério Público julgou e inocentou**, por 7 votos contra 2, o procurador do Ministério Público do Pará das acusações de racismo. A audiência, realizada em 27 de outubro, foi resultado de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) movido após declarações do membro do MPPA em 2019, quando acumulava o cargo de ouvidor-geral da instituição, durante evento com estudantes de direito na sede do Ministério Público do Pará. Na ocasião, Ricardo Albuquerque disparou afir-

mações preconceituosas contra os povos indígenas e negros, afirmando a inexistência de dívida histórica com quilombolas, uma vez que “nenhum de nós tem navio negreiro” e que o problema da escravidão no país foi o fato de os índios não gostarem de trabalhar. Com a repercussão das falas racistas, Albuquerque renunciou ao cargo de ouvidor, porém alegou que suas declarações foram tiradas de contexto e que se tratava de um debate acadêmico, invocando a liberdade de cátedra.

A organização Terra de Direitos emitiu nota, por meio da sua assessora jurídica Maíra Moreira, argumentando que Albuquerque foi convidado ao evento como membro do Ministério Público e, mesmo se estivesse em exercício de cátedra, a liberdade não é absoluta, precisando coexistir com os direitos que protegem os grupos étnico-raciais minoritários e o direito de não serem discriminados justamente pelo ator institucional responsável por sua escuta.

De forma semelhante ao que ocorreu com a ação de racismo movida pela Conaq e pelo Ministério Público Federal contra Bolsonaro, pelas declarações proferidas em 2017 em palestra no Rio de Janeiro, o Conselho Nacional do Ministério Público em 2020, assim como a Justiça estadual fluminense em 2018, também foi conivente com declarações públicas racistas contra as comunidades quilombolas. Em ambos os casos não se trata do debate em torno da classificação dos crimes como racismo (artigo 20 da Lei nº 7.716/89) ou como injúria racial (injúria qualificada, segundo o Art. 140, §3º, do Código Penal), mas da efetiva tolerância, normalização e, no limite, autorização das manifestações de racismo por parte da Justiça, a homens públicos em completo desacordo não só com as leis, mas com a própria Constituição Federal e com conhecimento social e acadêmico acumulados. Tal autorização é uma real ameaça ao reconhecimento do racismo como tema público fundamental, que vem se consolidando desde a participação brasileira na Conferência de Durban (2001) e a adesão do Estado brasileiro à Declaração e ao Programa de Ação derivados dela.

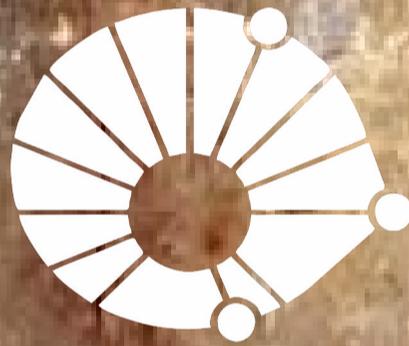
Em julho de 2018, participando do programa “Roda Viva”, Jair Bolsonaro, ao ser questionado quanto à forma como pretendia reparar a dívida histórica da escravidão, respondeu “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida”. O fato é lembrado no [artigo de Leonardo Sakamoto](#), publicado em novembro, ao comentar a postura do presidente da República diante das manifestações por justiça decorrentes do homicídio de João Alberto Silveira de Freitas. Por meio de

seu Twitter, o presidente fez uma série de declarações contra os manifestantes, classificando-os como indivíduos que buscam dividir o povo brasileiro. A retórica negacionista convertia os que clamavam por justiça em inimigos da nação e, conforme análise de Sakamoto, expressa uma tendência tanto a deslegitimar as manifestações de grupos minoritários, como os quilombolas, quanto a justificar omissões governamentais. Da mesma forma, em uma **entrevista à BBC News Brasil**, em julho passado, a escritora e filósofa negra Djamila Ribeiro, neste caso referindo-se aos protestos contra a violência policial, provocados pelo assassinato de George Floyd, enfatizava a necessidade de refletir sobre os desafios do racismo no plano nacional, citando também, como exemplo, o caso das comunidades quilombolas, que ainda hoje lutam pelo direito à titulação de suas terras.

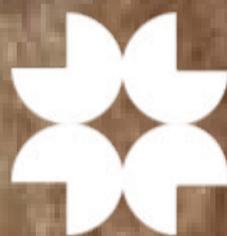
Assim, o caso da absolvição do ouvidor-geral e as reflexões sobre racismo publicadas por dois dos mais importantes formadores de opinião na imprensa nacional somaram-se à frequente referência às comunidades quilombolas quando dos debates sobre o impacto social e racialmente diferenciado da pandemia de Covid-19. A situação de crise generalizada introduziu as comunidades quilombolas no repertório de populações cuja vulnerabilidade foi agravada pela omissão, ou mesmo pela ação de sabotagem do governo federal com relação às iniciativas criadas em outras instâncias e por outros poderes ao longo do ano de 2020. Mas não só. As comunidades quilombolas vão se tornando, também, referência quase obrigatória na reflexão sobre o recrudescimento da retórica racista do Brasil contemporâneo.



PANORAMA UILOMBOLA



UNICAMP



CEBRAP

centro brasileiro de análise e planejamento